

Entre solidariedade e justificação: uma sociologia das práticas de economia solidária no sul do Brasil

Between solidarity and justification: A sociology of practice of solidarity economy in southern Brazil

Jéssica Lucion¹

jessicalucion@hotmail.com

Resumo. A presente pesquisa se insere na problematização acerca do fenômeno da economia solidária. A partir da análise de documentos referentes ao Projeto Esperança/Coesperança, que agrega diversas associações e cooperativas de economia solidária na cidade de Santa Maria (RS), Brasil, buscou-se identificar as hierarquias valorativas que subjazem à justificação das associações e cooperativas de economia solidária, bem como a retórica utilizada para transmitir estes valores. Conclui-se com este trabalho que a economia solidária possui uma justificação própria que se constrói na crítica ao sistema capitalista. Neste sentido, forma princípios próprios e se apresenta como projeto de transformação social pela economia. Salienta-se, no entanto, que a economia solidária está imbricada no que se chama de “hibridação da economia”: ela mescla elementos de uma economia monetária, não monetária e redistributiva, o que permite entendê-la como um conjunto de práticas econômicas marcadas pela pluralidade. Desta maneira, a economia solidária não é uma economia sem mercado, mas com um mercado baseado em valores e princípios diferentes do ideário liberal.

Palavras-chave: economia solidária, solidariedade, justificação, ideologia, utopia.

Abstract. The present research is inserted in the questioning concerning the phenomenon of the solidarity economy. From the analysis of documents relating to the Esperança/Coesperança Project, which gathers diverse associations and cooperatives of the solidarity economy in the city of Saint Maria (Rio Grande do Sul State), we seek to identify the evaluative hierarchies that underlie the justification of associations and cooperatives of the solidarity economy as well as the rhetoric used to transmit these values. This study concludes that the solidarity economy has a justification of its own that builds on a critique of the capitalist system. In this sense, it builds its own principles and presents itself as a social transformation project for the economy. It is noted, however, that the solidarity economy is embedded in what is called “hybridization of the economy”: it mixes elements of a monetary, non-monetary and redistributive economy, which allows to understand it as a set of economic practices marked by plurality. In this way, the solidarity economy is not an economy without market, but with a market based on values and principles different from liberal ideas.

Keywords: solidarity economy, solidarity, justification, ideology, utopia.

¹ Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil.

Introdução

Nas décadas finais do século XX, a América Latina sofreu influência direta das decisões de caráter neoliberal que trouxeram como consequências a quebra e fechamento de um grande número de pequenas empresas que eram responsáveis por grande parte do trabalho empregado. Houve, conseqüentemente, o aumento dos níveis de desemprego e exclusão social, além da ampliação do trabalho precário (Pereira, 2011).

Como reação ao contexto e sistema vigente, surgiram diversos movimentos sociais e trabalhistas que buscaram construir alternativas voltando-se para práticas econômicas onde a produção e a distribuição se orientavam para um processo de emancipação do trabalho e reversão do então quadro de vulnerabilidade social. Estas novas práticas produtivas definem “as iniciativas de trabalhadores, produtores e consumidores de diversas atividades econômicas que passam a se organizar segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática” (Silva e Oliveira, 2011, p. 99), nascem de necessidades reais, orientam-se para solução dos problemas sociais concretos e buscam relações de trabalho e convivência mais igualitárias através da solidariedade. Tais iniciativas serão, a partir da década de 1990, referenciadas como “economia solidária”.

Considera-se que o engajamento na economia solidária pressupõe que os indivíduos estejam disponíveis a um novo tipo de relacionamento com a economia, a política e o meio ambiente, pois a mesma se apresenta como o projeto de uma nova sociedade, um *outro mundo possível*; assim, a economia solidária “não pode ser entendida sem a consideração das ideologias que, justificando-o e conferindo-lhe sentido, contribuem para suscitar a boa vontade daqueles sobre os quais ele repousa, para obter seu engajamento” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 43). O presente trabalho se insere na discussão da justificação dos grupos sociais, mais especificamente, aquela que subjaz às iniciativas econômico-solidárias, tomando como objeto o discurso das cooperativas e

associações de economia solidária da cidade de Santa Maria (RS, Brasil).

Para tanto, inicialmente proporemos uma genealogia do conceito de solidariedade, buscando distinguir suas formulações sociológicas e ético-normativas, para, em seguida, adentrar na discussão acerca dos regimes de justificação, mais especificamente, aquele que diz respeito a uma gramática da economia solidária. Por fim, introduzimos as questões empíricas referentes à experiência da cidade de Santa Maria, buscando dar conta dos elementos ideológicos e normativos presentes em seu discurso.

Uma genealogia do conceito de solidariedade

A solidariedade² enquanto conceito tem seu uso desdobrado entre *ser* e *dever ser*: o primeiro deles refere-se à abordagem *sociológica* e o segundo à *ético-normativa*. Pensky (2008) sinaliza a existência de duas concepções básicas de solidariedade na tradição sociológica. A primeira refere-se à noção de intersubjetividade; indivíduos ligam-se entre si pelo reconhecimento que possuem uns com os outros, por laços de semelhança, sendo a diferenciação social menos aparente. Está-se falando de uma forma de pertencimento a um grupo social e do compartilhamento de uma identidade coletiva³. Considerando que as sociedades se tornaram, a partir do advento da industrialização, cada vez mais segmentadas e diferenciadas, a segunda concepção buscaria dar conta de explicar como as sociedades modernas conseguem manter-se integradas sem o recurso tradicional de um vínculo social, qual seja, a solidariedade por reconhecimento, pertencimento a um grupo⁴. Neste sentido, remete-se à imagem de indivíduos diferentes, aparentemente dissociados, que estão ligados por laços de interdependência.

Durkheim (1999 [1893]) compreende a solidariedade como uma ferramenta para restaurar a harmonia e a integração social nas sociedades modernas através da divisão do trabalho, considerada por ele como uma forma

² Pensky (2008) remete a origem do termo “solidariedade” ao direito romano: a *obligatio in solidum* fazia referência a uma obrigação solidária, uma espécie de responsabilidade geral de uns com os outros. Neste contexto, a solidariedade era empregada, por exemplo, quando um homem pagava suas dívidas e estendia esta responsabilidade para a dívida de terceiros sem, necessariamente, receber algo em troca. Stjerno (2004) também faz alusão a esta solidariedade “obrigatória” entre membros de um grupo, uma corresponsabilidade, referente aos trabalhadores franceses do século XVI.

³ Exemplificações podem ser encontradas em Mauss (2003 [1925]) e Sahlins (1983).

⁴ A exemplificação destas formas de solidariedade pode ser encontrada em Durkheim (1999 [1893]).

de incremento da união social. Ao contrário de Durkheim, alguns autores, no entanto, entendem o advento das sociedades modernas, e da divisão do trabalho, como o declínio da solidariedade. Assim se estabelece uma dicotomia entre comunidade e sociedade. Tönnies, por exemplo, considera a comunidade como a forma legítima de convivência, ao contrário da sociedade, que seria artificial. Assim, a convivência comunitária é genuína, ao contrário da estabelecida em sociedade, que é temporária e aparente (Bayertz, 1999).

Em Weber, encontra-se um aspecto diferente acerca da solidariedade: ao contrário de Durkheim, para Weber a solidariedade, além de integrar, também exclui (Stjerno, 2004). Assim, a relação do “eu e nós” pressupõe a existência da solidariedade, o que, por sua vez, pressupõe a existência de “eles”, aqueles excluídos dessa relação. A solidariedade, portanto, seria construída pela alteridade. Neste sentido, a consciência de grupo é mais bem desenvolvida quando os indivíduos compartilham de uma situação comum, definem objetivos, organizam-se em prol deles e identificam seus oponentes. Weber aloca a solidariedade nos interesses e normas dos grupos sociais, e não em sua moralidade (Stjerno, 2004).

Ao entender as relações sociais a partir da perspectiva da sociologia relacional, Bajoit (1992) aponta que, ao agir, o indivíduo necessita considerar as ações dos outros. Assim podemos pensar a sociedade como um grupo social e/ou comunitário e não a mera soma de um número de indivíduos. Pensar um grupo social é pensar um conjunto de indivíduos organizados onde existe compromisso entre os pares, delegação de poder ao líder e laços sociais articulados pelo que o autor denomina de quatro formas de solidariedade, responsáveis por instituir e manter o controle de um indivíduo pelo outro: solidariedade funcional, contratual, serial e fusional. O autor salienta que estes laços não se apresentam isoladamente, agem sempre de forma simultânea; no entanto, existe sempre a predominância de um sobre os outros.

No que tange ao aspecto ético-normativo, a solidariedade incorpora uma dimensão política e institucional. Pensky (2008) relaciona o conceito moderno de solidariedade

à realidade francesa, mais especificamente à noção de *fraternité*⁵, ideal da Revolução Francesa que orientava a busca de uma sociedade livre e igualitária. De acordo com Stjerno (2004), a preocupação dos filósofos franceses era combinar a ideia dos direitos e liberdades individuais com a de uma comunidade coesa socialmente. Em 1804, o termo foi adicionado ao Código Civil francês, e somente em meados do século XVIII é que o conceito ganha, então, cunho político: durante a Revolução de 1789, os jacobinos utilizam a *fraternité* como conceito-chave para unirem-se na luta por liberdade e igualdade (Stjerno, 2004).

Laville (2008) faz menção à solidariedade filantrópica. Esta diz respeito a indivíduos altruístas que, voluntariamente, agem em benefício de outros. A ideia é oriunda do século XIX, quando a caridade se apresentava como um princípio socialmente reconhecido orientado pela ajuda aos pobres. Segundo Laville (2008, p. 23), “ela tem como objeto a amenização dos problemas dos pobres e sua moralização, através das ações filantrópicas paliativas” que originam uma situação de dependência social dos beneficiados para com os benevolentes. O autor a aponta como um “dispositivo de hierarquização social” que mantém as situações de desigualdade.

Para Durkheim (2000 [1912]), a religião, enquanto “cimento” da sociedade, foi o que propiciou a formação da solidariedade nas sociedades antigas, através do compartilhamento de rituais. A partir do século XVI, as religiões cristãs incorporam o solidarismo no seu discurso, mesmo que, num primeiro momento, tenha se utilizado o termo *agape*, que significa o amor que Deus tem por todos os seres humanos e o amor que os indivíduos devem ter para com o próximo (Stjerno, 2004). Mais tarde, esta concepção de “amor ao próximo” é associada à *caridade*, maior forma de expressão do amor divino. A *fraternidade*, que denota o compartilhamento de relações típicas familiares com pessoas de fora da família, também é incorporada ao discurso; entende-se, assim, que todos são irmãos, pois são todos filhos de Deus. É somente a partir da segunda metade do século XX que a solidariedade se incorpora ao cristianismo. Neste sentido, prevalecem as ideias de que o homem é criado à imagem de

⁵ Para Stjerno (2004, p. 26), os termos *fraternité* e *brotherhood* são os precursores do conceito de solidariedade. *Grosso modo*, eles relacionam-se à extensão dos sentimentos de pertencimento primários a pessoas de fora do ciclo familiar; “the history of this concept begins when a relationship between people outside the family is referred to by analogy as a relationship between brothers”.

Deus e que todos os seres humanos são iguais a seus olhos. O solidarismo cristão buscava a integração, a paz e a harmonia social e mais igualdade entre os indivíduos; assim as ações⁶ que daí se desenvolveram direcionavam-se para toda a população, mas havia um público específico: os excluídos socioeconomicamente, principalmente os situados no chamado “Terceiro Mundo”.

Também ligada ao desejo de transformação social, objetivando uma sociedade mais igualitária e justa, a solidariedade aparece no discurso socialista de maneira instrumentalizada. É com os comunistas alemães que a solidariedade alavanca um sentido político com vistas à transformação social. Assim, pode-se falar em uma solidariedade de classe, surgida propriamente com os movimentos oriundos da Revolução Industrial, que serviria para unir os trabalhadores na busca por uma sociedade comunista. Para Marx, o advento do capitalismo, através da Revolução Industrial, destrói os laços comunitários, mas ao mesmo tempo cria as condições para a união da classe trabalhadora (Stjerno, 2004). Marx

believed that community (Vergemeinschaft) could not be genuine in a capitalist society. Individual members of a class could engage in communal relations with others, but because their relations were determined by their common interests against a third party, and because people do not participate as individuals but as members of a class, this relationship is not a genuine one. When a class is oppressed and community is part of the relations of that class, people appear as average representatives of their class and their individuality remains undisclosed (Stjerno, 2004, p. 45).

Assim, um verdadeiro sentimento de comunidade só poderia ser atingido no futuro, com o advento do comunismo. Neste sentido, identificam-se em Marx duas concepções acerca da solidariedade: a primeira, solidariedade de classe, desenvolvida pelo capitalismo, e a segunda, solidariedade ideal, genuína, à qual se atribui um sentido de comunidade, desenvolvida após a superação do sistema capitalista.

Laville (2008) nos fala em uma solidariedade democrática que se contrapõe à solidariedade

filantrópica, já mencionada. Este conceito diz respeito à democratização da sociedade a partir de ações coletivas que se orientem pela busca da igualdade de direitos. Neste sentido, remete à noção de pertencimento de todos a um mesmo espaço de indivíduos iguais e livres (Laville, 2008), o que deu ensejo, segundo o autor, às primeiras utopias e formações associativas, a partir de 1830⁷. Segundo Laville (2008, p. 24),

O associacionismo operário compromete-se na investigação de uma economia que poderia ser solidária: a organização do trabalho que precisa ser encontrada poderia fornecer a oportunidade de erigir entidades produtivas que inscrevem a solidariedade no centro da economia e nas quais se misturam a forma mútua, cooperativa e sindical.

Com a repressão da voz operária, no final do século XIX, as associações de trabalhadores, a solidariedade econômica, retraem-se para dar vez ao solidarismo republicano, para o qual a solidariedade é uma alternativa consensual para o plano social, político e econômico. Neste sentido, a solidariedade agiria equilibrando interesses individuais na busca de um desejo verdadeiramente coletivo. Pode-se pensar numa espécie de “pacto coletivo” pela solidariedade onde um indivíduo está comprometido com o seu bem-estar e com os demais. O Estado reforça a economia de mercado, impondo-se o liberalismo econômico (Laville, 2008). No entanto, uma das reações à invocação da liberdade econômica e à despreocupação com a igualdade social, que se inflama a partir de então, é a possibilidade de democratização social via reapropriação da economia enquanto atividade social (Laville, 2008). Neste sentido, busca-se a inserção econômica de instituições que assegurem as condições para a pluralização da economia.

O Estado social promoveu uma concepção da solidariedade centrada nos direitos individuais e na redistribuição; sendo indispensável, ela não é mais suficiente, se não for ampliada à promoção de bens comuns e de relações sociais baseadas no respeito aos princípios de liberdade e de igualdade. Esta fertilização cruzada da intervenção pública e da sociedade civil pela comum referência à solidariedade democrática não pode ocorrer se

⁶ Na América Latina, a partir dos anos 1960, fez-se presente a Teologia da Libertação (TL). A TL busca uma transformação social conduzida pelo povo; “no processo de aprendizagem dialógica, os atingidos tomam consciência crítica de sua realidade e procuram por soluções que possam preencher sua necessidade de liberdade, autodeterminação e condições de vida digna” (Westphal, 2008, p. 46). Neste sentido, é através da solidariedade que se pode efetivar a construção de uma nova ordem social marcada pela reciprocidade, irmandade e fraternidade entre os indivíduos.

⁷ Para Leroux (1997), estas associações seriam o elo entre o Estado e a sociedade, assumindo, portanto, um papel institucional.

a monopolização da economia pelo mercado e a naturalização do capitalismo perdurar (Laville, 2008, p. 33).

Desta maneira, observa-se, no final do século XX, o despontar de inúmeras iniciativas orientadas por preceitos solidários que irão, a partir de associações e cooperativas populares, desenhar “os contornos de uma economia que retoma um projeto de transformação da economia a partir de compromissos cidadãos” (Laville, 2008, p. 38). Estas iniciativas são relacionadas a uma *outra economia* que se propõe a contestar as contradições da globalização e integrar às práticas econômicas um conteúdo cidadão, mas, além disso, questiona o aparato ideológico do capitalismo e o seu monopólio acerca da criação de riquezas e empregos. A *economia solidária*, portanto, enseja o reconhecimento da pluralidade econômica e da ilusão da economia reduzida aos interesses econômicos.

Para além de um conteúdo político, a diversidade das práticas econômicas também torna propícia sua análise a partir de um aparato sociológico. A economia é tomada enquanto fenômeno social desde os estudos clássicos da sociologia (Marx, 1996 [1867]; Durkheim, 1999 [1893]; Weber, 1999 [1920]; Mauss, 2003 [1925]). Para além de uma função puramente mercantil, considera-se que a esfera econômica está permeada por uma *moralidade*; portanto, entende-se que uma ação econômica é uma forma de ação social, situada socialmente, e que as instituições econômicas são construções sociais, produzidas através de um processo histórico (Granoveter e Swedberger, 1992). Neste sentido, a compreensão acerca dos fenômenos econômicos envolve, segundo Abramovay (2009), abrir a “caixa preta” do mercado para encontrar a construção de relações sociais, laços entre os atores, interações dotadas de significado; “não se trata tanto do esforço de resistir à tomada da vida social pelo mercado, construindo uma esfera específica de autonomia, e sim de compreender como se formam os mercados, em que valores, expectativas e realizações se apoiam” (Abramovay, 2009, p. 67).

Compreende-se, desta maneira, que a esfera econômica é construída pelas relações

que se estabelecem entre os indivíduos que nela atuam. A economia é, portanto, um produto da cultura humana (Abramovay, 2009). Esta abordagem amplia as ações econômicas de modo a incluir, não somente as atividades mercantis, mas também aquelas não mercantis e não monetárias marcadas pelo princípio da redistribuição e reciprocidade, respectivamente (Polanyi, 2001). Assim, se está diante da justaposição entre a abordagem da Nova Sociologia Econômica (NSE)⁸ e da Economia Plural, permitindo que a análise da economia não se limite ao princípio estabelecido pelo mercado, mas adentre também nas complexidades deste campo, permitindo reflexões acerca das sociabilidades que nele afloram.

Neste sentido, pensar modelos econômicos alternativos, explicitamente, calcados em uma moralidade que busca se afastar da mercantil, torna-se menos estranho quando se compreende que em todas as práticas econômicas, das monetárias às reciprocitárias, encontram-se aspectos de sociabilidade. Assim, a existência de empreendimentos de economia solidária não é possível a partir da supressão do sistema capitalista, mas da ressignificação de seus valores, de sua justificação.

Uma justificação solidária?

Para França Filho e Laville (2004), a tarefa de pensar uma economia solidária brasileira é muito complicada em vista da sua forma de organização e estruturação e das grandes diferenças regionais encontradas no país. De maneira geral, ela pode ser entendida como diferentes atividades de grupos sociais “que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas” (França Filho e Laville, 2004, p. 149) responsáveis por criar e manter empregos. Conforme salientam os autores, a economia solidária brasileira abrange um grande número de associações e fundações apoiadas por outra gama de organizações de apoio e fomento⁹. Neste sentido, as experiências denominadas de “cooperativas populares” são

⁸ A Nova Sociologia Econômica se firma como disciplina nos Estados Unidos e Europa desde meados da década de 1980, e considera o mercado como uma estrutura social, composto de interações entre os indivíduos, e não como o encontro de atores autônomos, impessoais, egoístas. Neste sentido, busca compreender como os diferentes mercados se organizam e interagem com as pressões sociais às quais são submetidos (Abramovay, 2009).

⁹ Estas organizações são geralmente bancos populares, clubes de troca, Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCs (entidades universitárias responsáveis por incubar grupos de produção e fornecer-lhes formação, apoio técnico, jurídico, etc., com vistas a viabilizar tais empreendimentos) e ONGs (França Filho e Laville, 2004).

as mais presentes no cenário brasileiro. Elas obtiveram um grande crescimento a partir dos anos de 1990 e, dentre suas variadas formas, apresentam-se como cooperativas de produção, serviços e consumo que “pretendem distinguir-se do cooperativismo tradicional através da afirmação de uma dupla característica: a preocupação em inscrever sua dinâmica numa perspectiva de desenvolvimento local e solidário, e sua organização em rede” (França Filho e Laville, 2004, p. 143). Tais empreendimentos, no entanto, enfrentam inúmeras dificuldades para se manterem estáveis em razão do capital modesto de que dispõe, composto, principalmente, pela própria força de trabalho de seus membros.

Gaiger (2004) utiliza o conceito de *empreendimentos econômicos solidários* para definir “as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade” (Gaiger, 2009, p. 181)¹⁰. A economia solidária estaria marcada por um coletivismo relacionado à gestão, à posse dos meios de produção e ao processo de trabalho. Lima (2004) traz a discussão acerca de cooperativas falsas e verdadeiras. As primeiras executam suas funções como linha auxiliar do capitalismo, enquanto as segundas objetivam a emancipação dos trabalhadores, através da autogestão e práticas solidárias. Estas cooperativas de “geração de renda” ou “populares” estão voltadas aos desempregados e pessoas de baixa renda.

Em trabalho conjunto com Lima *et al.* (2011), Lima questiona se a economia solidária, composta por cooperativas populares, é uma alternativa ao capitalismo ou uma política de inserção social. Os autores apontam que o caráter fragmentário e múltiplo destes empreendimentos contribui para uma definição confusa: como poderia a economia solidária sobreviver com a organização do trabalho solidário e a democratização das relações em um mercado individual e competitivo como é o capitalista? Como os empreendimentos poderiam sustentar-se? A partir da análise dos dados da base do Sistema de Informação em Economia Solidária

(SIES) de 2007, os autores concluem que a economia solidária no Brasil vem correspondendo mais a políticas compensatórias do que uma efetiva alternativa ao desemprego.

Ao contrário do que se observa em relação ao caso europeu¹¹, no Brasil, o despontar da economia solidária não está associado à problemática da exclusão social, mas enquanto iniciativas de combate à pobreza e ao seu crescimento, oriundas do que tradicionalmente se caracterizou como economia popular (França Filho e Laville, 2004). A economia popular, ao criar fontes alternativas de trabalho, possui um caráter imediatista de dar conta dos meios de sobrevivência e subsistência, permanecendo no plano da *reprodução simples*. A economia solidária inova ao tentar superar este nível e atingir uma *reprodução ampliada*, buscando enfrentar problemas públicos, articulando desta maneira as esferas política e econômica, podendo constituir-se enquanto um espaço público de proximidade. Ela tende a dar conta de uma dupla dimensão: “aquela de um agir no espaço público, de um lado, que se articula, por outro lado, com a elaboração de atividades econômicas, que permite a geração de renda digna para aqueles que estão implicados [...] na iniciativa” (França Filho e Laville, 2004, p. 25).

Estas relações permitem entender a economia solidária como um fenômeno marcado pelo que Polanyi (2001) denominou *pluralidade* e pela presença de um mercado híbrido. É necessário entendê-la como um fenômeno que abrange a troca impessoal e utilitária, marcada pela troca monetária, a troca redistributiva, de caráter obrigatório, e a troca fundada sobre o princípio da reciprocidade onde o objetivo principal é a constituição ou estreitamento de laços sociais. Ao se falar em economia solidária, imagina-se, então, não uma economia sem mercado, mas com mercado, “entretanto sob condição que este seja submetido a outros princípios, ou melhor, que ele seja enraizado [...] junto a outros registros de práticas” (França Filho, 2001, p. 254).

Laville (1994, p. 86) considera a economia solidária uma proposta que busca incidir sobre a esfera política e econômica: “a economia

¹⁰ Gaiger também considera a multiplicidade de formas da economia solidária e quanto a isso conclui que o denominador comum a todas elas é o alcance da emancipação do trabalho via uma economia alternativa que possui uma racionalidade diferente da capitalista. Neste sentido, o trabalho apresenta-se como questão central para a economia solidária, porque tais experiências nascem da necessidade de criar, ampliar e manter postos de trabalho e também porque o trabalho se apresenta como a força propulsora dos empreendimentos, já que, muitas vezes, recursos externos são escassos.

¹¹ França Filho e Laville (2004) apontam que, na Europa, o surgimento de economia solidária está associado à problemática da exclusão social, relacionada à crise do Estado-providência. Neste sentido, a economia solidária vem suprir a falência de diversos mecanismos de regulação econômico-políticos.

solidária não é uma nova forma de economia acrescida às formas dominantes da economia, mercantil ou não mercantil. Pela sua existência, ela constitui uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não mercantil e não monetária". Neste sentido, seria possível interagir na esfera política ao reaproximar democracia e economia. Estamos, então, diante de um fenômeno que teria cinco grandes traços fundamentais: a pluralidade de princípios econômicos, a autonomia institucional, a democratização dos processos decisórios, a sociabilidade comunitário-pública e a finalidade multidimensional.

Tais características trazem à tona valores e significados que agem de acordo com o que Boltanski e Thévenot (1991) denominam justificação. A justificação é composta por um sistema de crenças que expressa os objetivos, organiza e fundamenta as representações sociais materializadas nas práticas dos indivíduos, ou seja, se está diante de uma ideologia¹² compartilhada por um grupo. Mannheim (1986) faz uma distinção entre dois tipos de ideologia: particular e total. O primeiro se aproxima mais das concepções marxistas, já que "denota estarmos céticos das ideias e representações apresentadas por nosso opositor" (Mannheim, 1986, p. 81). Neste sentido, a ideologia seria responsável por mascarar a realidade. A ideologia total, por outro lado, refere-se à "ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto" (Mannheim, 1986, p. 82), faz referência, então, às características mentais ou sociais de um dado grupo ou classe social. Diante do conceito de utopia, Mannheim (1986, p. 216) propõe que "um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre"; ele se orienta por objetos não existentes na realidade; são "orientações que, transcendendo a realidade, tendem a se transformar em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento".

Considera-se, então, a ideologia um regime de justificação moral composto por um aparato justificativo. Entende-se que uma organização social necessita de um aparato justificativo

consideravelmente forte para atrair e engajar membros e obter reconhecimento social; "essas justificações devem basear-se em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número bastante grande de pessoas" (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 42). A noção de justificação está relacionada à existência de *cites*, ordens de legitimação compostas por um *espírito*, ordens de grandeza, que orientam as ações dos indivíduos. De acordo com Boltanski e Chiapello (2009), a formação de uma cidade é a passagem para um regime de categorização onde prevalece uma nova forma de regulamentação, "uma operação de legitimação de um novo mundo" (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 522) composto, então, por um novo aparato justificativo. Ideologia e utopia compõem, portanto, o que se entende por *justificação* dos empreendimentos de economia solidária e são fundamentais para o conhecimento sobre a mesma.

Para a economia solidária, que objetiva ser *outra economia*, a presença destes aspectos orientadores é muito importante para a manutenção dos grupos e para que seus ideais se sustentem e continuem motivando os indivíduos a permanecer e investir suas capacidades no projeto, já que o sucesso de uma iniciativa depende do engajamento e crença que as pessoas depositam nela. Confiar no projeto e tê-lo como autêntico é essencial para o engajamento coletivo, quando se pensa em iniciativas como as de economia solidária, de maneira que as pessoas doem seu tempo e empenho em tarefas referentes ao grupo (Caillé, 2002). Por esta razão, Caillé (2002) irá considerar o caráter ambíguo das organizações de tipo associativo (dar conta de interesses particulares e coletivos) e apontar que sua sobrevivência depende de algo que vá além dos interesses individuais: é através do compartilhamento de um mesmo ideal, de uma mesma ideologia, que os membros atribuem sentidos a uma associação e, assim, desejam mantê-la.

É necessário evidenciar que a justificação é também necessária para que os grupos sociais enfrentem as críticas que lhes são dirigidas. A "exigência de justificação está indissol-

¹² Para Boudon (1989), a ideologia é natural à vida social, é histórica e existe porque o homem é racional. Segundo o autor, existem duas formas básicas de se definir a ideologia, uma *clássica*, ligada a critérios de veracidade e falsidade, e a *moderna*, definida a partir da noção de sentido. Com relação à primeira, ligada à tradição marxista, as ideologias se apresentam como ideias falsas já que "os homens adotam, à sua revelia, ideias falsas porque são movidos por forças inconscientes que escapam a seu controle e que os submetem, seja a seus interesses [...], seja aos interesses dos dominantes [...]" (Boudon, 1989, p. 56) e, neste sentido, é tomado como um processo de irracionalidade. Para os autores que se enquadram na visão moderna da ideologia, ela carrega uma noção de sentido, ou seja, uma norma ou valor social pode ter um sentido, em relação a certa sociedade, sem ter de ser verdadeiro ou falso. Neste sentido, é um processo racional.

ciavelmente ligada à possibilidade de crítica. A justificação é necessária para respaldar a crítica quando ela denuncia o caráter injusto de uma situação” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 56); assim, os grupos sociais necessitam de um aparato justificativo muito forte que se relacione à sua existência.

Há, basicamente, duas formas de crítica, a corretiva e a radical. A primeira refere-se ao tipo de crítica que se dirige aos elementos que transcendem a justiça em determinada ordem; seu objetivo é introduzir neste espaço a noção de justiça, “elevar seu nível de convencionalização, desenvolver seu enquadramento regulamentar ou jurídico” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 68). A crítica radical, por outro lado, objetiva eliminar a ordem dada e substituí-la por outra; “a crítica que tem em vista corrigir a prova será muitas vezes criticada como reformista, por oposição a uma crítica radical que se tenha afirmado historicamente como revolucionária” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 68).

Boltanski e Chiapello (2009), ao analisarem as transformações ideológicas referentes ao capitalismo, mencionam que estas são tão antigas quanto o próprio sistema. Considera-se como capitalismo o sistema “que enfatiza a exigência de acumulação ilimitada do capital [...] com o objetivo de extrair lucro” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 35, grifo dos autores) e que se volta para apenas uma pequena parcela da população, ou seja, a maior parte das pessoas o sustenta com sua força de trabalho, mas dele recebe muito pouco; por isso, a necessidade de um aparato justificativo muito forte que mantenha o engajamento dos indivíduos, mesmo que estes recebam pouco ou nenhum retorno financeiro; a ordem de legitimação deve estar amparada, também, em provas não materiais.

Assim, a mobilização de uma crítica se dá mediante “uma experiência desagradável que suscite a queixa” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 72) e que faz surgir, então, uma fonte de indignação que necessita de um respaldo teórico e argumentativo que torne tal “queixa” individual em perturbação do bem comum. Ou seja, o problema de alguns deve virar o incômodo de todos. Neste sentido, Boltanski e Chiapello (2009) frisam que, de um modo geral, desde as primeiras críticas ao capitalismo, elas vêm se orientando contra as mesmas provas: o capitalismo como fonte do desencanto e inautenticidade, da opressão, da miséria e desigualdade, do oportunismo e do egoísmo.

A ênfase dada a estes elementos é, num primeiro momento, emocional, mas depois

toma um caráter político, orientando-se pela mobilização de indivíduos que se engajem na crítica. Ou seja, inicia-se, ao mesmo tempo, a formação de um novo regime de justificação. As primeiras iniciativas nos moldes econômico-solidários surgem num momento de crise e ampliação das desigualdades econômicas e sociais e objetivam colocar-se como uma resposta a esta situação de exclusão defendida como consequência do sistema capitalista. “O crescimento das desigualdades e o reaparecimento da miséria nas sociedades ricas teriam como efeito chamar de novo a atenção para a questão social e suscitar movimentos sociais já em meados da década de 80” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 356) e, neste sentido, a economia solidária como luta política que, ao fundamentar-se, desenvolve uma crítica às práticas capitalistas.

Para Singer (2002), uma sociedade igualitária depende da existência de uma economia solidária e não competitiva como a capitalista. Segundo o autor, a principal diferença entre as duas se dá na forma como são administradas: enquanto o capitalismo opta por uma heterogestão (autoridade hierárquica), a economia solidária objetiva a autogestão, ou seja, não desassocia o trabalho da gestão, os próprios trabalhadores administram suas atividades, de maneira democrática.

Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados (Singer, 2004, p. 9).

Neste sentido, há uma clivagem entre capitalismo e economia solidária que produz, consequentemente, ideologias diferentes, justificações diversas. Estudos recentes (Vieira, 2005; Teixeira, 2006; Azambuja, 2009; Rosenfield, 2003), no entanto, vêm mostrando que esses modos de produção não são polos tão opostos; eles apresentam a economia solidária como uma amálgama entre os aspectos que lhe seriam próprios (autogestão, cooperação, etc.) e os capitalistas. Além disso, depararam-se com considerável heterogeneidade entre os membros de tais empreendimentos, identificando

uma divergência entre o discurso e a prática dos indivíduos, bem como perfis diferentes de trabalhadores. Disso resulta a possibilidade de se entender a economia solidária enquanto uma economia plural e não enquanto uma prática alternativa e divergente da capitalista. A perspectiva da economia plural admite a pluralidade de princípios e comportamentos que permeiam o agir “solidário”, “nos permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial aquela regida prioritariamente pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional, ou neoclássica” (França Filho, 2001, p. 252-253).

Pode-se então retomar Polanyi (2001) e a caracterização que dá aos sistemas econômicos e a forma como se mesclam entre si. O capitalismo possui valores não mercantis, ou éticos; “sua própria prosperidade repousa sobre os polos não mercantis [...] e não monetário [...] isto é, sobre as relações familiares, de vizinhança, associativas etc., que contribuem de modo central com o processo de socialização dos indivíduos” (França Filho, 2001, p. 254). A economia solidária, portanto, não está num polo oposto da capitalista; pelo contrário, mistura-se com ela. Não se está diante de uma economia contra o mercado, mas com mercado enraizado em valores diversos dos capitalistas.

Ideologia, utopia e economia solidária em Santa Maria (RS)

O estado do Rio Grande do Sul possui uma longa tradição no que diz respeito a associações, o que já pôde ser observado à época dos jesuítas e, mais tarde, com o surgimento de cooperativas, no século XIX, constituídas, principalmente, por imigrantes ou descendentes de alemães. Conforme aponta Lechat (2004), as cooperativas gaúchas (agrícolas e de crédito, predominantemente) demonstraram um grande crescimento entre as décadas de 1940 e 1970, sendo capturadas, no entanto, pelos grandes empresários da região. A partir da década de 80, no entanto, seguindo a corrente do surgimento de diversos movimentos sociais críticos à exploração e exclusão social, ONGs, algumas entidades públicas e setores da Igreja Católica iniciam a promoção de associações de peque-

nos agricultores. Tais entidades promoveram diversos encontros e feiras objetivando divulgar o trabalho dos atores envolvidos neste novo associativismo e discutir sobre organizações populares. A bandeira do “Cooperativismo Popular” ou “Cooperativismo Alternativo” demonstra que tais grupos se preocupam em distinguir-se das práticas associativas tradicionais, assimiladas pelo capitalismo.

De acordo com os dados do Mapeamento da Economia Popular Solidária (2005/2007), realizado pela SENAES (2005-2007), que localizou quase 22.000 empreendimentos de economia solidária no país, pode-se perceber a relevância que o estado do Rio Grande do Sul tem no que tange a experiências concretas: 2.085 empreendimentos localizados, quase 10% do total constatado a nível nacional. Na região sul confirma-se a supremacia do estado, já que Paraná e Santa Catarina contam com 808 e 690 empreendimentos, respectivamente. Conforme aponta Goerck (2009, p. 223), a cidade de Santa Maria (RS) “possui tradição e ênfase nestes tipos de empreendimentos, pois os mesmos já há algum tempo vêm sendo estimulados por instituições governamentais – Prefeitura – e instituições da sociedade civil”, comprovando-se isso nos números captados no mapeamento dos empreendimentos solidários no Rio Grande do Sul: Santa Maria aparece como a cidade que mais possui experiências; 160 foram localizadas, seguida por Porto Alegre (116) e Caxias do Sul (107). Devido à significância que a cidade possui para o cenário da economia solidária no Brasil, torna-se interessante uma investigação acerca da realidade da economia solidária em Santa Maria.

Sujeito desta pesquisa e grande expressão da economia solidária na região central do Rio Grande do Sul, o Projeto Esperança/Cooesperança é um dos Setores do Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria¹³, surgiu em 1982 e compreende diversas associações e cooperativas de trabalhadores que se orientam pelas premissas econômico-solidárias. Da inspiração do intelectual africano Albert Tévoédjré, surgiram as primeiras ideias e as primeiras experiências voltadas para o ajustamento dos indivíduos aos novos mercados e bases de competição econômica. Em 1987, foi fundado

¹³ O Banco da Esperança é uma entidade filantrópica, com caráter de assistência social, vinculado à Caritas da Diocese de Santa Maria. A entidade busca articular e promover atividades sociais, educacionais e culturais visando a uma sociedade mais justa e solidária. Ela surgiu em 1977 com o objetivo de subsidiar projetos urbanos e rurais a fim de gerar recursos para os indivíduos que se encontravam em situação de exclusão econômica e social. Está dividida em diversos setores, dentre eles o Projeto Esperança/Cooesperança.

o Projeto Esperança, e, em 1989, foi fundada a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos, a Cooesperança. Ao final de 1998, a cooperativa estava firmada como um espaço de construção da economia solidária.

Conforme mencionado, esta investigação se debruçou sobre os aspectos ideológicos e utópicos que subjazem às iniciativas de economia solidária, tomando como objeto o discurso das cooperativas e associações de economia solidária da cidade de Santa Maria (RS). A identificação das categorias de *ideologia* e *utopia* partiu da análise do Estatuto do Projeto Esperança/Coesperança e dos relatórios da IV e V Plenária Nacional da Economia Solidária, tornando possível articular as hierarquias valorativas da economia solidária em nível nacional e local. No que tange à ideologia, identificam-se os seguintes princípios relacionados aos relatórios da Plenária Nacional de Economia Solidária: solidariedade, cooperação, autogestão, autonomia, emancipação, desenvolvimento local, sustentabilidade econômica, social e ambiental, cidadania e inclusão social. Com relação ao Estatuto do Projeto Esperança/Coesperança, encontram-se elementos que se aproximam destes descritos nos relatórios das Plenárias, relacionando-se, portanto, ao plano nacional. Os objetivos do Projeto Esperança/Coesperança têm como base os princípios da mística cristã, solidariedade, cooperativismo alternativo, autogestão, organização, luta pela distribuição justa da terra, economia popular solidária, defesa do meio ambiente, da agroecologia, do comércio justo, ético e solidário, fomento e fortalecimento de alternativas à cultura do fumo, igual participação entre homens e mulheres, com comprometimento, confiança, espírito ecumênico, inclusão social, cidadania e dignidade humana.

Em referência à utopia, encontra-se nos relatórios da Plenária Nacional da Economia Solidária o delineamento do “Mosaico de desenvolvimento que queremos”, construído pelos grupos que participam deste espaço propiciado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2008, 2012). Nele se dispõem alguns aspectos como um desenvolvimento coletivo e sustentável, centrado na propriedade coletiva, com respeito às diversidades, com distribuição de riquezas, preservação da biodiversidade, de forma a garantir uma vida digna a todos os cidadãos.

No Estatuto do Projeto Esperança/Coesperança, os elementos utópicos podem ser encontrados juntamente com os princípios, no item 3.4 – Da missão –, sendo eles construir uma sociedade justa, economicamente viável, ambientalmente sadia, organizadamente cooperativada, politicamente democrática e participativa, “um outro mundo possível” onde “uma outra economia acontece”. Tais elementos também aparecem descritos no item 14 – Nossos compromissos – onde aparecem a inclusão social, a emancipação do trabalho humano e solidário, o protagonismo dos excluídos e excluídas, a soberania dos povos, a superação das desigualdades regionais, a interação campo-cidade, as reformas agrária e urbana, a soberania e segurança alimentar e nutricional sustentável.

A partir destes elementos, percebe-se que a ideologia e a utopia da economia solidária se constroem em contraposição ao sistema capitalista: ela aciona elementos que se diferenciam deste modelo econômico e propõe outro projeto de sociedade calcada em novos valores sociais, políticos, econômicos, etc. Em consonância com Boltanski e Thévenot (1991), entende-se que tais “justificações” são transmitidas mediante a difusão de discursos sobre o “aparato justificativo”, aquele que fará com que o sistema se sustente. A partir do Jornal da Feira Internacional do Cooperativismo¹⁴ (FEICOOP), buscou-se identificar sobre quais elementos o aparato justificativo das cooperativas e associações de economia solidária de Santa Maria (RS) se apoia. A análise iniciou pela leitura dos artigos presentes nas edições utilizadas e o mapeamento dos assuntos mais frequentes, que poderiam ser agrupados nas seguintes unidades de contexto: *sustentabilidade, consumo solidário, geração de trabalho e renda e mística cristã*.

O primeiro eixo, da *sustentabilidade*, agrupa a *defesa da agroecologia, da segurança alimentar e da agricultura familiar*, e pelas observações feitas apresenta-se como um dos elementos mais fortes dentro do discurso da economia solidária, bem como uma das formas mais importantes de destacar as diferenças entre esta e o sistema capitalista. O discurso articula-se em relação à importância da economia solidária em promover o desenvolvimento sustentável com base nas prioridades locais, a responsabilidade no uso dos recursos natu-

¹⁴ O jornal tem circulação anual e o recorte temporal feito foi dos anos 2003 a 2013.

rais e a não utilização de agrotóxicos, ao mesmo tempo em que frisa a despreocupação do sistema capitalista em garantir a segurança alimentar, a utilização que faz de uma agricultura insustentável com recursos naturais não renováveis, o que causa empobrecimento e êxodo dos pequenos agricultores.

Em relação ao *consumo solidário*, os artigos analisados sinalizam que a economia solidária apresenta-se como um sistema equitativo de produção e comercialização. Associam-se a este eixo, então, o *consumo solidário e as trocas solidárias*. O consumo é entendido enquanto ato ético-político, fazendo-se referência à comercialização direta (o próprio produtor comercializa seus produtos) e ao direito do consumidor de ter conhecimento sobre quem produziu dado produto e sob quais condições. Assim, o consumidor é considerado, também, um agente da economia solidária, visto que o consumo é uma das formas de fortalecer estes empreendimentos.

Outro aspecto interessante é o que diz respeito às trocas solidárias: uma nova maneira de fazer circular a riqueza, evitando o acúmulo de moedas, cuja atitude é referenciada como típica do capitalismo. O objetivo das trocas solidárias é superar a escassez de dinheiro através de trocas diretas de produtos ou pelo uso de moedas sociais. Os Mercados de Trocas Solidárias (MTS), ou Clubes de Troca, são os espaços onde estas práticas ocorrem e onde o produtor é considerado um *prossumidor* (pois disponibiliza seus produtos para serem trocados; consequentemente, ele também consome a partir da troca com outros produtores). O discurso em defesa das trocas solidárias apoia-se na sua justificativa enquanto potencial transformador das relações sociais, já que é uma resposta à concentração de riqueza e ao aumento da exclusão social e não busca simplesmente remediar a situação daqueles que têm poucos recursos, mas disseminar o ideal da equidade nas trocas econômicas, através da prática da cooperação e da solidariedade, transmitindo que a economia também tem a função de garantir o bem viver de todos.

O terceiro eixo, *geração de trabalho e renda*, também se apresenta como um dos mais fortes no discurso das cooperativas e associações de

economia solidária, visto que esta é referenciada como uma alternativa aos indivíduos excluídos do mercado convencional de trabalho e produção, além de evidenciar seu combate à fome e à pobreza. Para comprovar a forma como a economia solidária vem combatendo a fome, a miséria e a exclusão social, vários dados sobre os temas são apresentados no decorrer dos artigos, bem como se expõem as experiências de vários grupos que, através da solidariedade, superaram as dificuldades impostas pela economia capitalista e hoje vivem de forma mais digna e emancipada. Os programas e políticas de redistribuição de renda, no campo de trabalho e da seguridade social, são considerados importantes para a superação das desigualdades sociais; no entanto, a geração de trabalho e renda é entendida como primordial, pois as pessoas somente praticam a cidadania quando geram elas mesmas suas próprias rendas, e os empreendimentos de economia solidária são apresentados como uma destas possibilidades. Desta maneira, mais uma vez, faz-se uma contraposição entre capitalismo e economia solidária: o primeiro é apontado como o responsável pela exclusão social, pela concentração das riquezas, por condições mínimas de sobrevivência, dignidade e cidadania e pela fome mundial. O discurso segue afirmando que este modelo político, econômico e social deve ser reinventado a partir da solidariedade, e uma destas possibilidades é através da economia solidária, que prima por um novo modelo de desenvolvimento, por ajustes profundos na economia e pela democratização da renda, buscando eliminar as disparidades sociais e garantir meios mais dignos de sobrevivência aos indivíduos¹⁵.

O último aspecto do discurso destacado é em relação à *mística cristã* e ao papel da Igreja Católica no desenvolvimento da economia solidária. Tradicionalmente, o setor progressista da Igreja Católica brasileira tem promovido e participado de diversos movimentos sociais e organizações, tendo uma participação importante no processo de organização da sociedade civil no país, a partir da década de 1980 (Levy, 2009). Este setor da Igreja advém do que se denominou anteriormente de Teologia da Libertação (TL): reflexão espiritual e religiosa se-

¹⁵ Deve-se frisar que o reconhecimento da Economia Solidária não apenas como uma forma de garantir sobrevivência e postos de trabalho, mas de fomentar ao mesmo tempo a emancipação e a inclusão social, apresentando-se também como um projeto político, também é recorrente no material analisado. Neste sentido, observa-se, portanto, que a possibilidade da economia solidária ser motor de geração de trabalho e renda não se esgota na esfera econômica, visto que isto se estende para um aspecto mais político de empoderamento, emancipação e inclusão social dos indivíduos.

gundo a qual os seres humanos são criadores da sua história e destino. Considerando que os pobres são portadores de potencial para a transformação social, a TL coloca a Igreja Católica e seus setores como agentes fundamentais destas transformações, agindo como um ponto de apoio, fortalecendo e incentivando, visto que os resultados são lentos, não imediatos, não pontuais.

Para sintetizar, a Teologia da Libertação e a sua ação por meio da Igreja influenciaram os movimentos sociais no Brasil através das seguintes ideias: os pobres são o sujeito da sua própria libertação; a valorização dos saberes populares, agregando um novo significado político aos símbolos da Igreja e priorizando os movimentos comunitários, as redes sociais e a democracia e a participação diretas; a importância da organização pacífica; o valor e a pertinência da pedagogia na organização social (Levy, 2009, p. 182).

Assim, a mística e a Igreja têm um papel importante ao permitir a transposição da lacuna que se encontra, comumente, entre a economia solidária, enquanto iniciativa imediata de gerar trabalho e renda, e o seu potencial político, buscando uma nova sociedade, já que irá transmitir conceitos e valores a uma classe caracterizada por baixos níveis de ensino formal. Neste sentido, a formação política que oferece para estes indivíduos é fundamental para que compreendam a justificação que permeia a economia solidária, possibilitando que se engajem de fato no projeto.

No que tange ao objeto desta investigação, há frequentemente referência aos setores da Igreja que estão envolvidos com alternativas de trabalho e emprego e de combate à fome e à miséria. Suas linhas de atuação seguem exatamente as da TL. Esse destaque é quase natural, pois o Projeto Esperança/Coesperança surge como iniciativa de Dom Ivo Lorscheiter, na época, Bispo de Santa Maria, através do Banco da Esperança e com apoio da Cáritas/RS. No prefácio do livro *Missão Esperança: tributo a Dom Ivo Lorscheiter* (Fernandes, 2011), Irmã Lourdes Dill, atual coordenadora do Projeto, faz referência às “pessoas e entidades que colaboraram nesta Missão Profética e de Esperança”; dentre as citadas encontram-se Dom Ivo, a Cáritas/RS e a Congregação Filhas do Amor Divino. Dom Ivo foi o precursor da ideia, a Cáritas/RS participou das primeiras iniciativas dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), responsáveis por fomentar as primeiras iniciativas de Economia Solidária na

cidade e região, e a Congregação das Filhas do Amor Divino destinou uma comunidade de Irmãs para atuar junto ao Projeto.

Percebe-se, portanto, que a Igreja tem considerável importância para o surgimento e consolidação do Projeto Esperança/Coesperança, fato evidenciado nos artigos analisados no *Jornal da FEICOOOP* (2003, 2004, 2005, 2006, 2008, 2010a, 2010b, 2011, 2012, 2013), o que permite evidenciar a mística cristã. O discurso da mística cristã torna-se importante porque é através dele que os princípios do Projeto Esperança/Coesperança se constroem, sendo ele, portanto, um dos elementos de justificação do discurso da economia solidária, quando se olha para esta experiência santa-mariense. Isso se dá pela atuação das entidades citadas, mas também pelo papel “profético” desempenhado por Dom Ivo, idealizador e construtor do Projeto.

O modo como Igreja, mística cristã e economia solidária se entrelaçam faz emergir a discussão acerca da origem deste misticismo e seu imbricamento com os pressupostos da Igreja, mais precisamente, os valores cristãos. Em *De la justification* (1991), Boltanski e Thévenot constroem tipicamente a *Cité Inspirada*, baseada na obra *A Cidade de Deus* (416-427) de Santo Agostinho (354-430). A *Cité Inspirada* traz a dicotomia entre cidade terrena (marcada pelo orgulho, pelo egoísmo, pela distância emocional. Ela exprime um vínculo social de vontade, na medida em que os indivíduos convivem uns com os outros por critérios de utilidade) e a cidade de Deus (onde prevalece a humildade, sendo o objetivo maior restaurar a dignidade humana. Na cidade de Deus, o acordo entre as pessoas é fundado na graça a partir da qual se mantém uma relação direta com Deus), dois modos distintos de construção da convivência entre os homens. Do mesmo modo que a economia solidária, a cidade de Deus também se constrói em oposição a outro sistema, qual seja, a cidade terrena, muito próxima do que Boltanski e Thévenot (1991) vão tipificar como *Cité* do Mercado. Isto quer dizer que é possível traçar uma semelhança entre a construção da economia solidária e da cidade terrena, além de se considerar que a economia solidária também se orienta pela supressão do egoísmo, do individualismo, das relações puramente objetivas.

Outro ponto a destacar é que a cidade de Deus está calcada na união de indivíduos diferentes, sem nenhum laço inicial de parentesco ou raça; são vínculos fundados na vizinhança ou comunidade, traço também similar à eco-

nomia solidária. Isto permite, portanto, aferir que a mística cristã associa-se a valores próximos da *Cité Inspirada*, de maneira que podemos pensá-la como uma variação da mesma ou enquanto uma nova *Cité*, mística, ao acrescentar ao seu discurso elementos que são singulares aos do próprio sistema capitalista, conforme abordado neste trabalho, que remete à questão da pluralidade.

Em resumo, a mística cristã, juntamente com a sustentabilidade, o consumo solidário e a geração de trabalho e renda, compõem a justificação da economia solidária. Estes elementos são acionados em assimetria ao capitalismo, e um dos exemplos primordiais de como isto ocorre encontra-se na edição do *Jornal da FEICOOP* (2010a), onde é relatada a proibição da realização da feira no ano de 2009. Diante das preocupações com a H1N1, a gripe A, opta-se pelo cancelamento da FEICOOP, um dia antes da sua abertura, via liminar expedida sob a alegação de que a sua realização ocasionaria riscos à saúde devido à possibilidade de contaminação pelo novo vírus da gripe. No *Jornal da FEICOOP* (2010a), vários artigos são vinculados a este acontecimento, apontando a decisão judicial tomada como um artefato do sistema capitalista que “transforma o exercício da legítima autoridade em autoritarismo”, deslocando-se da realidade e da sociedade. Neste sentido, questiona-se através dos artigos o cancelamento da Feira em relação a shoppings, supermercados, cinemas, etc., que não sofreram nenhum tipo de proibição em relação ao seu funcionamento. A hipótese apresentada associa estes estabelecimentos ao sistema capitalista e, por isso, o interesse em que seu funcionamento fosse mantido. Além disso, a preocupação com a H1N1 aparece como a “pandemia do lucro”, pois seu real objetivo é trazer lucros à indústria farmacêutica, que torna a saúde uma mercadoria.

Retomando Boltanski e Thévenot (1991), compreende-se a justificação como um conjunto de razões morais que fundamenta e explica um dado comportamento, um aparato que deve manter-se firme a fim de atrair e engajar membros e obter reconhecimento social. A “exigência de justificação está indissociavelmente ligada à possibilidade de crítica. A justificação é necessária para respaldar a crítica quando ela denuncia o caráter injusto de uma situação” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 56); assim, a economia solidária necessita do aparato justificativo apresentado não apenas para obter legitimidade social, mas tam-

bém para posicionar-se diante das críticas. Se a justificação da economia solidária se constrói evidenciando suas diferenças com o sistema capitalista, pode-se compreender a economia solidária também como uma crítica a este regime de justificação.

Considerações finais

Boltanski e Chiapello (2009) apontam as principais críticas que se debruçam sobre o capitalismo: ser fonte do desencanto e inautenticidade, da opressão, da miséria e desigualdade, do oportunismo e do egoísmo. Se for feito um retorno aos elementos ideológicos e utópicos da economia solidária aqui apontados, é possível identificar que a mesma está de acordo com estas críticas e se posiciona como um projeto, uma forma de superá-las. Ainda de acordo com Boltanski e Chiapello, recorda-se que a crítica pode tomar um caráter político, uma articulação teórica e argumentativa orientando-se pela mobilização de indivíduos que se engajem nesta crítica. Ou seja, inicia-se, ao mesmo tempo, a formação de um novo regime de justificação.

Conclui-se, portanto, que, ao firmar críticas à justificação do sistema capitalista, a economia solidária desenvolveu, ao mesmo tempo, uma justificação própria, uma ideologia e utopia próprias, que se constroem em contraposição ao capitalismo. No entanto, se o conceito de economia plural de Polanyi (2001) for retomado, é possível entender a economia solidária não enquanto uma prática alternativa e divergente da capitalista, mas como um agir econômico que mistura aspectos capitalistas a novos valores, fundados nas relações de solidariedade, igualdade, cooperação, etc. Assim, a economia solidária é encarada mais como uma crítica reformadora que radical ao capitalismo, já que, ao misturar-se com ele, não deseja superá-lo, mas propor uma nova economia, calcada em princípios diferentes.

Para além dos aspectos econômicos, a pluralidade da economia solidária invoca outras vocações (França Filho e Lavelle, 2004), como a participação no espaço público de maneira a atingir uma reprodução ampliada da vida. O agir no espaço público articula-se com o agir econômico de maneira que a economia solidária possa ser vista tanto como um movimento social e político, de luta por direitos, quanto como um movimento econômico, de luta pelo acesso ao trabalho e renda. Conforme mencionado, a partir da abordagem da Nova

Sociologia Econômica e da Economia Plural, estes comportamentos “econômico-solidários” ultrapassam a esfera do empreendedorismo e da gestão, de maneira que questões não econômicas assumem importância. Neste sentido, chama a atenção a possibilidade de se pensar o mercado como espaço político, e mais, se a economia solidária pode ser este espaço, quais seriam suas possibilidades de transformação social? Para França Filho e Laville (2004), concretizar este tipo de vocação depende do nível de estruturação das iniciativas de economia solidária, ou seja, sua capacidade de organização em rede, de receber apoio governamental, do desenvolvimento de um marco legal, um nível de institucionalização maior. Empreendimentos marcados pelo caráter espontâneo da *démarche* e com apoio governamental restrito estão, provavelmente, impossibilitados de se consolidarem. O Projeto Esperança/Cooesperança, que ganhou atenção nesta investigação, traz em seu discurso, de maneira enfática, a necessidade de articulação e apoio governamental. A construção de políticas e programas específicos para a economia solidária, o acesso ao crédito, parcerias com universidades e outros órgãos públicos são apontados como fundamentais para a consolidação e sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária, o que também é apontado nos relatórios da IV e V Plenária Nacional de Economia Solidária, onde se evidencia a necessidade de um Marco Legal.

Neste sentido, além da analogia já feita entre economia solidária e a *Cidade de Deus*, permitindo que a primeira fosse compreendida como uma expressão da *citê* inspirada; também caberia compreendê-la como o desdobramento de uma *citê* cívica, já que a economia solidária objetiva romper com a reprodução simples e agir no espaço público: cidade apoiada nas atividades cívicas que têm como objetivo o bem comum. Ao construir, portanto, uma justificação que se dá em assimetria ao sistema capitalista, a economia solidária forma princípios próprios, apresentando-se como projeto de transformação social pela economia. No entanto, a economia solidária está imbricada no que se chama de “hibridação da economia”: ela mescla elementos de uma economia monetária, não monetária e redistributiva, o que permite entendê-la como um conjunto de práticas econômicas marcadas pela pluralidade. Neste sentido, a economia solidária não é uma economia sem mercado, mas com mercado baseado em valores e princípios, uma ideologia, diferentes dos capitalistas.

Referências

- ABRAMOVAY, R. 2009. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. *Tempo Social*, 21(1):65-87. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702009000100005>
- AZAMBUJA, L. 2009. Os valores da economia solidária. *Sociologias*, 11(21):282-317. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100012>
- BAJOIT, G. 1992. *Pour une sociologie relationnelle*. Paris, Presses Universitaires de France, 308 p.
- BAYERTZ, K. 1999. Four uses of Solidarity. In: K. BAYERTZ (org.), *Solidarity*. Norwell, Kluwer Academic Publishers, p. 3-28.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. 1991. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 483 p.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. 2009. *O novo espírito do capitalismo*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 701 p.
- BOUDON, R. 1989. *A ideologia*. São Paulo, Editora Ática, 298 p.
- CAILLÉ, A. 2002. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis, Vozes, 325 p.
- DURKHEIM, É. 2000 [1912]. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 656 p.
- DURKHEIM, É. 1999 [1893]. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes, 483 p.
- FERNANDES, J. 2011. *Missão Esperança: tributo a Dom Ivo Lorscheiter*. Porto Alegre, s. n., 178 p.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2008. *IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Relatório Final*. [s.l., s.n.], 112 p.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2012. *V Plenária Nacional de Economia Solidária. Relatório Final*. [s.l., s.n.], 155 p.
- FRANÇA FILHO, G. 2001. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Sociedade e Estado*, 16(1-2):245-275. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100011>
- FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. 2004. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 198 p.
- GAIGER, L. 2004. *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 417 p.
- GAIGER, L. 2009. Empreendimento econômico solidário. In: P. HESPANHA et al. (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo, Alameda Brasil, p. 181-187.
- GOERCK, C. 2009. *Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 405 p.
- GRANOVETTER, M.; SWEDBERGER, R. 1992. *The Sociology of Economic Life*. Oxford, Westview Press, 399 p.
- LAVILLE, J. 2008. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. *Revista Katálisis*, 11(1):20-42.
- LAVILLE, J. 1994. *L'économie solidaire*. Paris, Desclée de Brouwer, 383 p.

- LECHAT, N. 2004. *Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 392 p.
- LEROUX, P. 1997. *A la source perdue du socialisme français: anthologie établie et présentée par B.Viard*. Paris, Desclée de Brouwer, 587 p.
- LEVY, C. 2009. Influência e contribuição: a Igreja Católica progressista brasileira e o Fórum Social Mundial. *Revista Religião e Sociedade*, 29(2):177-197.
- LIMA, J. 2004. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56):45-62. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000300004>
- LIMA, J.; ARAÚJO, A.; RODRIGUES, C. 2011. Empreendimentos Urbanos de Economia Solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social. *Revista Sociologia & Antropologia*, 1(2):119-146.
- MANNHEIM, K. 1986. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 330 p.
- MARX, K. 1996 [1867]. *O Capital: a crítica da economia política. Volume 1*. São Paulo, Nova Cultural, 496 p. (Série Pensadores).
- MAUSS, M. 2003 [1925]. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: M. MAUSS, *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, p. 183-314.
- PENSKY, M. 2008. *The Ends of Solidarity: Discourse Theory in Ethics and Politics*. Albany, State University of New York Press, 260 p.
- PEREIRA, C. 2011. *Economia Solidária: uma investigação sobre suas iniciativas*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 195 p.
- POLANYI, K. 2001. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, Beacon Press, 317 p.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2003. *Jornal da 10ª FEICOOP*. Santa Maria.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2004. *Jornal da 11ª FEICOOP*. Santa Maria.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2005. *Jornal da 12ª FEICOOP*. Santa Maria.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2006. *Jornal da 13ª FEICOOP*. Santa Maria.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2008. *Revista do Projeto Esperança/Cooesperança: princípios norteadores, orientações gerais e Regimento Interno*. Santa Maria, Gráfica Editora Pallotti, 31 p.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2010a. *Jornal da 17ª FEICOOP*. Santa Maria.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2010b. *Jornal do 1º Fórum Social e da 1ª Feira Mundial de Economia Solidária*. Santa Maria.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2011. *Jornal da 18ª FEICOOP*. Santa Maria.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2012. *Jornal da 19ª FEICOOP*. Santa Maria.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. 2013. *Jornal da 20ª FEICOOP*. Santa Maria.
- ROSENFELD, C. 2003. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. *Civitas*, 3(2):395-415.
- SAHLINS, M. 1983. *Economía de la Edad de Piedra*. Madri, Akal Editor, 339 p.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2005-2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/> Acesso em: 20/10/2013.
- SILVA, M.; OLIVEIRA, G. 2011. A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13(28):86-124.
- SINGER, P. 2004. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, 18(51):7-22. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200001>
- SINGER, P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- STJERNO, S. 2004. *Solidarity in Europe: The History of an Idea*. Cambridge, Cambridge University Press, 392 p.
- TEIXEIRA, L. 2006. *A ideologia política na economia solidária: uma análise de empreendimentos solidários em salvador*. Salvador, BA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 233 p.
- VIEIRA, F. 2005. *Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 460 p.
- WEBER, M. 1999 [1920]. *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 580 p.
- WESTPHAL, V. 2008. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. *Revista Katálysis*, 11(1):43-52.

Submetido: 24/05/2014
Aceito: 11/09/2014